



VIVER E MORRER NA PESTE

# EPIDEMIA NA HISTÓRIA

Fábio Vergara Cerqueira  
Gunter Axt  
Renata Brauner Ferreira  
(Orgs.)

**VIVER E MORRER NA PESTE**  
**EPIDEMIA NA HISTÓRIA**

**FÁBIO VERGARA CERQUEIRA**  
**GUNTER AXT**  
**RENATA BRAUNER FERREIRA**  
**(Orgs.)**



#### Reitoria

Reitora: *Isabela Fernandes Andrade*

Vice-Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Chefe de Gabinete: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Ensino: *Maria de Fátima Cossio*

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: *Flávio Fernando Demarco*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: *Paulo Roberto Ferreira Júnior*

Pró-Reitor Administrativo: *Ricardo Hartlebem Peter*

Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação: *Julio Carlos Balzano de Mattos*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Fabiane Tejada da Silveira*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

---

#### Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: *Ana da Rosa Bandeira*

Representantes das Ciências Agrárias: *Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR)* e *Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner*

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: *Eder João Lenardão (TITULAR)*, *Daniela Hartwig de Oliveira* e *Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos*

Representantes da Área das Ciências Biológicas: *Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR)* e *Francieli Moro Stefanello*

Representantes da Área das Engenharias: *Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)*, *Walter Ruben Iriondo Otero* e *Rafael de Avila Delucis*

Representantes da Área das Ciências da Saúde: *Fernanda Capella Rugno (TITULAR)*, *Tatiane Kuka Valente Gandra* e *Jucimara Baldissarelli*

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: *Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR)*, *Eduardo Grala da Cunha* e *Maria das Graças Pinto de Britto*

Representantes da Área das Ciências Humanas: *Charles Pereira Pennaforte (TITULAR)* e *Lucia Maria Vaz Peres*

Representantes da Área das Linguagens e Artes: *Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR)*, *Chris de Azevedo Ramil* e *João Fernando Igansi Nunes*

---

**VIVER E MORRER NA PESTE**

**EPIDEMIA NA HISTÓRIA**

Fábio Vergara Cerqueira  
Gunter Axt  
Renata Brauner Ferreira  
(Orgs.)

Pelotas  
2021





Filiada à A.B.E.U.

Rua Benjamin Constant, 1071 - Porto  
Pelotas, RS - Brasil  
Fone +55 (53)3284 1684  
editora.ufpel@gmail.com

#### **Chefia**

*Ana da Rosa Bandeira*  
Editora-Chefe

#### **Seção de Pré-Produção**

*Isabel Cochrane*  
Administrativo

#### **Seção de Produção**

*Suelen Aires Böettge*  
Administrativo  
*Anelise Heidrich*  
Revisão  
*Angélica Knuth (Estagiária)*  
Design Editorial

#### **Seção de Pós-Produção**

*Morgana Riva*  
Assessoria  
*Madelon Schimmelpfennig Lopes*  
*Eliana Peter Braz*  
Administrativo

#### **Revisão Técnica**

*Ana da Rosa Bandeira*

#### **Revisão Ortográfica**

*Anelise Heidrich*

#### **Revisão de linguagem técnica Consultora para terminologia médica e biológica**

*Christine Janczur*

#### **Projeto Gráfico & Capa**

*Angélica Knuth*

#### **Imagem da Capa**

Juan Manuel Blanes. *Un episodio de la fiebre amarilla en Buenos Aires* (1871). Montevideu, Museo Nacional de Artes Visuales.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação  
Elaborada por Leda Lopes CRB: 10/2064

E64 Epidemia na história [recurso eletrônico] / organizadores Fábio Vergara Cerqueira, Gunter Axt, Renata Brauner Ferreira. - Pelotas : Ed. UFPel, 2021.  
454 p. : il. - (Viver e Morrer na Peste; v. 01)

Coordenador da coleção: Fábio Vergara Cerqueira.  
E-book (PDF) ; 110 MB  
ISBN: 978-65-86440-59-1

1. História. 2. Epidemias. 3. Sociedade. 4. Civilizações. 5. Covid-19. I. Cerqueira, Fábio Vergara, org. II. Axt, Gunter, org. III. Ferreira, Renata Brauner, org. IV. Título.

CDD: 904

# 10

## **FLORESTAS, DESERTOS E CONTEXTOS EPIDÊMICOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA (SÉCULOS XIV-XVII)**

**JOSÉ RIVAIR MACEDO**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
joserivairmacedo@gmail.com

Ao contrário do que costuma ocorrer na vasta produção da literatura africanista, isto é, da literatura especializada dedicada aos estudos sobre a África, o livro do jornalista e fotógrafo britânico John Reader apresenta uma perspectiva pouquíssimo explorada, a da história ambiental do continente. O centro das atenções da obra não é a evolução histórica dos povos e sociedades, mas do próprio continente, da formação de sua estrutura geológica, há estimados 550 milhões de anos, ao presente.

Numa escala temporal dessa magnitude, os fatores associados à vida humana mostram-se à primeira vista insignificantes, embora no curto período desde o aparecimento das espécies que evoluíram para o *Homo sapiens*, o que durou cerca de 4,4 milhões de anos, as interações com o ambiente tenham produzido alterações notáveis em todo o planeta. Apoiado em referências provenientes de diferentes áreas do conhecimento, o autor nos convida a pensar sobre diferentes aspectos das relações entre os seres humanos e o meio natural.

Em um dos mais intrigantes capítulos do livro, que leva o significativo título de *Doenças e sofrimento*, Reader estabelece uma comparação entre as estimativas da evolução demográfica em diversos continentes no início da era moderna. Partindo do princípio que grupos de seres humanos anatomicamente modernos (*Homo sapiens sapiens*) emigraram da África para outras partes do mundo há cerca de 100 mil anos, o ritmo do cres-

cimento populacional teria se mostrado incomparavelmente maior entre os descendentes dos que partiram, do que entre os descendentes dos que ficaram na África: dos cerca de 200 milhões de habitantes do planeta no início do século XVI, a população nativa africana correspondia a 47 milhões, e nos séculos posteriores a desproporção tendeu a aumentar devido à sangria do cumulativo e contínuo tráfico internacional de escravos. Essa disparidade encontraria explicação também, segundo ele, em fatores ambientais e biológicos.

Valendo-se de um argumento aparentemente sem sentido, John Reader esboça a sua explicação em uma frase forte: as populações extra-africanas cresceram desproporcionalmente à que permaneceu no continente de origem “porque abandonaram a África”. Ao se afastar do ambiente tropical do berço ancestral em que a humanidade tinha evoluído, os emigrantes deixaram também para trás múltiplos parasitas e organismos patogênicos que evoluíram paralelamente à espécie humana, enquanto os que permaneceram foram “subjugados pela debilidade e pela doença”<sup>1</sup>.

Ainda que se evite o risco de toda e qualquer forma de determinismo, vários elementos ajudam a compreender o argumento acima apresentado. Os ambientes tropicais que predominam em boa parte da África dificultam a ocupação permanente de comunidades humanas sobretudo porque suas condições naturais favorecem a evolução de parasitas cuja disseminação e contágio provocaram doenças infecciosas ao longo de toda a história africana.

O caso mais emblemático é muito provavelmente o dos tripanossomas. As duas espécies africanas, o *Trypanosoma gambiense* e o *Trypanosoma rhodesiense*, são organismos unicelulares cujo vetor é a mosca tsé-tsé, que já habitava as savanas e florestas num raio de 10 milhões de km<sup>2</sup> de extensão desde o período anterior ao aparecimento dos hominídeos, isto é, desde pelo menos quatro milhões de anos. A primeira espécie apontada, muito comum na África ocidental, afeta apenas os seres humanos, mas a outra, encontrada no extenso cinturão de floresta da área central e austral, atinge igualmente humanos e gado, inviabilizando ou dificultando em sua área de incidência a agricultura e o pastoreio. A infecção provocada pela picada da mosca, ao atingir a corrente sanguínea produz a tripanossomíase africana, popularmente conhecida como Doença do Sono, cujo efeito imediato é a gradual destruição do sistema imunológico e a morte<sup>2</sup>. Entre suas vítimas esteve, por exemplo, o mansa Mari Djata II, governante do antigo Mali que, segundo informa Ibn Khaldun, teria falecido dessa estranha moléstia em estado de completa letargia no ano de 1374<sup>3</sup>.

Outras doenças, como a febre amarela e a bilharziase<sup>4</sup> – cujos hospedeiros dos parasitas são caramujos aquáticos – embora menos letais, contribuem para debilitar o sistema imunológico. Ovos de larvas que transmitem a esquistossomose foram en-

contrados em múmias egípcias, assim como evidências de outras doenças infecciosas bem conhecidas: a varíola, a tuberculose e a poliomielite<sup>5</sup>. Haveria ainda que se falar dos efeitos provocados por parasitas que se alojam no intestino e transmitem a ancilostomose e sobre a malária – responsável pela destruição dos glóbulos vermelhos dos(as) infectados(as), causando febre e fraqueza física temporária.

A malária falciparum atingiu uma intensidade sem igual na África, e deu origem a um curioso processo de adaptação. Devido à prolongada convivência, populações residentes permanentemente em sua área de incidência desenvolveram um grau de resistência com consequência inusitada. Com o tempo, elas adquiriram o gene para o traço drepanocítico, que se expressa como o glóbulo falciforme que bloqueia o acesso ao parasita, e deixa essas pessoas sujeitas a efeitos colaterais inesperados: os indivíduos que levam consigo o gene mutante de ambos os progenitores corre sérios riscos de morrer na infância de uma doença hoje conhecida como anemia falciforme, mas os que herdam o gene de apenas um dos progenitores tornam-se imunes à malária<sup>6</sup>.

Esse meio natural altamente propício às doenças contagiosas levou, todavia, ao equívoco de se pensar que devastadoras epidemias e pandemias globais tenham se originado na África, o que não tem qualquer base de sustentação. Em um dos primeiros relatos detalhados dos efeitos de uma doença contagiosa na história, Tucídides, no século V a.C., sugere que ela teria sido importada do Egito, tendo origem na Etiópia<sup>7</sup>. No caso, o termo aqui empregado não se refere ao país que atualmente leva esse nome, mas a uma expressão convencional nos textos gregos, latinos e medievais para se referir à parte do continente não contactada frequentemente por greco-romanos e cristãos ocidentais. Nesse caso, Etiópia, do vocábulo *Aethiops*, designava o país dos povos de “face queimada”, de “face escura”, enfim, o “país dos negros”<sup>8</sup>.

Idêntica associação aparece em textos dos cronistas romano-bizantinos Evágrio Pôntico e Procópio de Cesareia, no seu *Bellum Persicum* (*Guerra Pérsica*), de meados do século VI, quando descreveram o evento trágico, de proporção global, que ficou lembrado pelos historiadores como Peste de Justiniano, em referência ao *basileus* (monarca) que então governava o Império Bizantino<sup>9</sup>. A infecção pela bactéria denominada pelos biólogos como *Yersinia pestis* (antes denominada *Pasteurella pestis*), conhecida popularmente como peste bubônica, circulou da Arábia e do Oriente Médio à Ásia Menor e à atual Turquia, e aí a então Constantinopla, e do Egito se irradiou através do Mediterrâneo e da Península Itálica, atingindo todo o mundo Bizantino e a Europa no período situado entre meados do século VI e o século VIII<sup>10</sup>.

No relato bizantino, Procópio afirma ter aquela pestilência começado na região do porto de Pelusium, situado ao Nordeste da África, em território do então reino de Axum – a antiga *Aethiopia* dos autores greco-latinos. Por isso, historiadores das epi-

demias imaginaram que Pelusium fosse apenas o ponto de chegada da doença, e que o ponto zero da infecção estivesse bem mais abaixo, em plena área tropical úmida da região dos Grandes Lagos, em territórios situados nas atuais repúblicas da Tanzânia, Ruanda, Uganda, Burundi e parte da República Democrática do Congo. Apenas nas últimas décadas, informados pelas técnicas de sequenciamento do genoma humano, foi possível determinar que os casos de infecção por *Yersinia* observados naquela região não são dali originários, mas foram provavelmente para ali levados por comerciantes de origem afro-muçulmana (*swahili*) ou europeia nos séculos XVIII-XIX<sup>11</sup>.

Conectados ao Oriente Médio desde a Antiguidade, tanto o Egito quanto a antiga Abissínia, atual Etiópia, foram afetadas por surtos epidêmicos e pandêmicos de grandes proporções pelo bacilo *Yersinia* ao longo de sua história. No caso da Abissínia sob o controle da cidade de Axum, no século VI, ela foi parcialmente devastada pela assim chamada Peste de Justiniano, difundida a partir do ano 540 da era cristã – conforme apontado acima. Séculos mais tarde, novos contextos de mortalidade ocorreram no sultanato muçulmano de Sawa em 1262, e em 1274-1275, quando o governante abissíneo Yekuno Amlak enviou uma embaixada ao Egito mencionando os problemas interiores do reino por causa de uma doença que provocava grande mortalidade.

Um século mais tarde, dois textos escritos em *geez*<sup>12</sup> relativos aos anos 1340-1370, que recontam as vidas dos monges Zena Maryam e do monge Samuel, do mosteiro de Debra Halleluya, narram episódios ocorridos durante pestilências. Ao que tudo indica, outros surtos ocorreram nos anos 1403, 1430, 1454 e 1458, sendo as pestes nomeadas localmente como *bedbed* ou *hemama bedbed*. O impacto da doença logo se fez sentir na espiritualidade etíope, que a associou a uma ação demoníaca, identificando em alguns santos a capacidade de proteger do contágio e evitar erupções cutâneas. Também aparecem no século XV hinos e invocações mágicas contidas em amuletos protetores conhecidos pelo nome de *maftehe seray*<sup>13</sup>.

Mais ao Norte, no Egito, que nos séculos XIII a XV viveu sob o regime de governo dos turcos Mamelucos (Mamluks), sua posição privilegiada como área de passagem levou a que viesse a servir de cenário a diversos contextos epidêmicos. Designadas nos textos de cronistas e eruditos pelos termos *taoun* ou *waba*, segundo a avaliação de determinados pesquisadores entre os anos 1347 a 1517, isto é, desde a eclosão da pandemia global de peste bubônica até o período de domínio do Egito pelos turcos otomanos, teriam ocorrido 28 de peste, enquanto outros avaliam que a reincidência teria ocorrido 50 vezes, o que perfaz uma periodicidade de cinco a oito anos entre umas e outras delas. Muitas, ocorridas na passagem da primavera para o verão, teriam sido de tipo bubônico e afetavam o sistema circulatório, enquanto outras, ocorridas na estação de inverno, tendiam a ser de tipo pneumônico, debilitando o sistema respiratório<sup>14</sup>.

Em perspectiva abrangente, pode-se dizer que a posição do Egito, assim como a do Magrebe, foi determinante para a inserção da África subsaariana nos circuitos de difusão da grande pandemia causada pela *Yersinia* que assolou todo o mundo conhecido nos séculos XIV a XVI, desencadeada pela peste bubônica (também conhecida popularmente como a Peste Negra, que deu nome à pandemia)<sup>15</sup>, de 1347-1351. Ainda que, conforme será apontado a seguir, inexistam informações diretas e precisas para este período devido à ausência de produção escrita, testemunhos indiretos obtidos mediante pesquisa arqueológica sugerem que a área saariana, a Bacia do Níger e o grande cinturão da floresta tropical que se projeta em direção ao Oceano Atlântico, no Golfo da Guiné, foram em alguma medida afetadas pela circulação da bactéria. Um dos eixos do programa multidisciplinar de pesquisa denominado Globafrica, integrado por africanistas europeus e africanos interessados pela História Global e a História Conectada, enuncia desde o título os desafios e possibilidades de inovação teórica, a partir da instigante questão: *La peste noire en Afrique subsaharienne: une frontière épistémologique?* (A Peste Negra na África subsaariana: uma fronteira epistemológica?)<sup>16</sup>.

De fato, na longa duração, o período situado entre os séculos XII a XVI coincide com processos históricos de grande relevância para as sociedades da África ocidental subsaariana no plano político, econômico e cultural, o que motivou os pesquisadores africanos a qualificá-lo como os “séculos de ouro”. Ao longo dele, o Deserto do Saara funcionou como área de passagem de pessoas, bens e mercadorias, crenças e técnicas, que envolviam caravanas de camelos originárias do Norte da África (Magrebe), Sul da Europa (al-Andalus), Oriente Médio e Sul da Ásia.

Um dos principais pontos de ligação das rotas saarianas no sentido Norte-Sul se estendia desde a área mediterrânica (entre, de um lado, o Marrocos, e de outro, o Egito) até áreas tropicais nas proximidades do Senegal, Gâmbia e Alto Níger, projetando-se até o Lago Chade. Outra rota cortava perpendicularmente o Saara, desde o cinturão do Atlas/Aurés, atravessando todo o deserto na região de Tulul ou Tall. Em sentido Oeste-Leste, a rota caravaneira de Kiblas regulava o trânsito entre comunidades e oásis desde Sdjilmasa, no Marrocos, próxima ao Atlântico, até o Egito, desdobrando-se em vários trechos internos. Pouco abaixo, uma “rota tropical saariana” tinha, de um lado, o litoral do Mar Vermelho, e era intercalada por diversos oásis e cursos d’água do Rio Nilo, do Lago Chade, e dos rios Níger, Gâmbia e Walili, já do outro lado do continente, às margens do Oceano Atlântico<sup>17</sup>.

Essa movimentação era feita, de um lado, por mercadores, pessoas escravizadas, pregadores e eruditos muçulmanos que participavam, integravam ou eram integrados(as) a caravanas periódicas que atravessavam o deserto em todas as direções; e de outro por elites econômicas e políticas locais interessadas em artigos de luxo (ar-

tefatos de metal, tecidos, sal), oferecendo em troca artigos de grande valor para o comércio internacional (ouro, especiarias) ou pessoas cativas transformadas em mão-de-obra escravizada. Os negócios articulavam uma rede de comunidades situadas no deserto (Sidjilmasa, Touat, Essuk-Tadmekka) e centros urbanos da Bacia do Níger e do Lago Chade (Tombuctu, Gao, Djenê, Kano, Katsina), ainda que a população e a vida comunitária da maior parte da população do Magrebe e da área subsaariana estivesse ligada em sua maior parte ao mundo rural.

Neste texto, não será possível explorar os diferentes aspectos envolvidos nas relações acima apontadas. Nem as implicações econômicas pela constituição de redes mercantis e centros de difusão de mercadorias e pessoas, sob controle de clãs e linhagens de mercadores berberes saarianos e sahelianos (sanhadjas e zanatas) e mercadores sudaneses (wângaras e diúlas). Nem as implicações religiosas, com a gradual difusão dos preceitos do islã e de uma cultura erudita muçulmana. Nem as implicações políticas, com a emergência de governos e governantes que se apoiavam em instituições políticas segundo modelos sunitas difundidas por escolas de interpretação maliquita, como as antigas formações estatais do Mali, Songai e Kanem-Bornu.

Ao levar em consideração as prováveis implicações sanitárias dos contatos e conexões acima apontados, tem-se um outro olhar para a história das antigas sociedades africanas, que nunca estiveram isoladas e por consequência alheias aos fenômenos históricos de alcance mundial, neste caso, a segunda pandemia de peste bubônica. A difusão provável da bactéria *Yersinia* poderá ser invocada para explicar mudanças abruptas de povoamento de comunidades situadas ao sul da Bacia do Níger, em territórios do então Estado do Mali (ou Império do Mali) nos séculos XIV e XV. Com efeito, os registros arqueológicos encontrados nas comunidades de Oursi, Kirikongo, Kissi e Saouga, da atual República do Burkina Faso, assim como de Djenê-Jeno e Dia, no delta interior do Níger, ao centro da atual República do Mali, sugerem ter ocorrido um despovoamento e sucessivo repovoamento no período de 1300-1500 que poderiam decorrer ou de mudanças climáticas ou de doenças contagiosas<sup>18</sup>.

Um dos mais importantes centros de passagem saarianos sob controle de comerciantes de língua *imazighen*<sup>19</sup> do grupo étnico Zanata situava-se na borda meridional do Saara, na região do Adrar de Iforas. Os vestígios da antiga comunidade de Tadmekka, preservados no atual sítio arqueológico de Essuk, revelam em sua diversidade e volume a intensidade dos contatos internacionais estabelecidos pelos mercadores que por lá passavam ou que lá se estabeleceram. Os dados relativos ao período de 1100 a 1400 sugerem a existência de objetos e artefatos da cultura material local (cerâmica), e artefatos produzidos fora da comunidade, como objetos de vidro, cerâmica esmaltada, cauris<sup>20</sup>, tecidos de algodão e tecidos de seda – esses últimos associados ao

mercado de trocas. Uma ruptura parece ter ocorrido por volta do ano 1400, quando são observadas transformações significativas na arquitetura, cultura material e dieta, bem como a ausência temporária de inscrições tumulares, evidências que poderiam sugerir provável repovoamento<sup>21</sup>.

Uma sugestiva recorrência tem sido observada por arqueólogos e antropólogos interessados pelas realidades materiais da área subsaariana da savana e da floresta tropical. Vestígios materiais produzidos em comunidades situadas na faixa intermediária entre a Bacia do Níger e o Atlântico, área ocupada por povos de língua kwa<sup>22</sup>, entre os quais os akan, e comunidades falantes do yoruba e do igbo, indicam que elas estiveram interconectadas ao comércio transaariano, e artefatos de vidro difundidos nos sítios saarianos reaparecem em camadas estratigráficas de escavações realizadas no sítio de Igbo-Ukwo e de Ile-Ifé, na atual Nigéria<sup>23</sup>.

As muralhas feitas de barro e paliçadas que protegiam várias comunidades de língua igbo e yoruba anteriores ao século XV sugerem que os processos de urbanização da área florestal tenham produzido sociedades complexas e bem estruturadas, e alguns pesquisadores advogam a ideia que o abandono dos antigos sítios agora reencontrados pudesse de alguma forma estar associado ao impacto da peste bubônica na África<sup>24</sup>. Por esta linha de raciocínio, seria possível estabelecer algum tipo de relação entre o que levou ao abandono das estruturas antigas da cidade iorubana de Ifé, a partir do século XIV, com o que levou ao abandono do assentamento antigo de Tadmekka, conforme indicado acima? A hipótese não parece desprovida de sentido ao considerar que ambas se encontravam conectadas às redes de comércio articuladas em sentido Sul-Norte pelas rotas transaarianas.

O derradeiro conjunto de informações acerca do problema aqui discutido, isto é, o provável alcance do patógeno *Yersinia* nas partes situadas ao sul do Saara, provém de fontes escritas produzidas em período posterior ao momento de eclosão da pandemia, mas que ainda faziam referência aos seus efeitos. Como se sabe, mas não custa insistir, o ciclo aberto pelas epidemias na Ásia central, Oriente Médio e Mediterrâneo em meados do século XIV teve continuidade em sucessivos surtos até pelo menos a segunda metade do século XVII na Europa ocidental, com incidências na França, Bélgica, Holanda e Inglaterra durante os anos de 1663-1669<sup>25</sup>. Por volta dessa mesma época é que foram redigidas as fontes narrativas que serão citadas a seguir.

Mesmo que genéricas, as informações extraídas dos textos produzidos por eruditos da cidade de Tombuctu são fundamentais porque confirmam aquilo que a pesquisa arqueológica apenas fazia supor, isto é, que a incidência de surtos epidêmicos efetivamente ocorreu em centros urbanos do *Bilad al-Sudan*, nome pelo qual os textos árabes designavam a área subsaariana, expressão que significa, literalmente, “terra dos negros”.

Fundada no século XII por grupos de língua tamaxeque, conhecidos na literatura ocidental como *tuareg*, Tombuctu situava-se em uma área geográfica privilegiada por sua posição intermediária nas rotas transaarianas. Situada muito próximo à curva do rio Níger, avançava pela margem sul do Sahel, o extremo sul do deserto, e constituía o ponto de chegada de rotas saarianas provindas de Sidjilmasa (Marrocos). Nos séculos XV a XVII tornou-se influente centro comercial, mas sobretudo um centro intelectual de formação de juristas, sacerdotes e servidores das cortes dos governantes do Estado Songai. Suas mesquitas e madraças<sup>26</sup> de Djinguereber e de Sankoré atraíram sábios e estudantes (*talibés*) do deserto e de toda a região nigeriana, e nelas surgiram bibliotecas islâmicas e um influente centro de cultura escrita. Os Manuscritos de Tombuctu, considerados Patrimônio Histórico da Humanidade, trataram de diversos temas e foram integrados por materiais narrativos de diversa procedência, contendo inclusive crônicas históricas (*tarikhs*)<sup>27</sup>.

Consta no *Tarikh al-Fattash*, cuja parte principal foi redigida em meados do século XVII pelo jurista Ibn al-Mukhtar, que a morte do renomado mestre de estudos corânicos chamado Ahmed ben Omar ben Mohammed Aqit, morto no ano 942 da Hégira<sup>28</sup> (equivalente ao ano 1535 do calendário cristão), teria ocorrido em decorrência da peste, nomeada textualmente pelo vocábulo da língua songai *kafi* (gafé), explicando que algum tempo depois, no ano 1548, em outro período de surto epidêmico “muitas outras pessoas morreram durante esta epidemia”<sup>29</sup>.

Os dados fornecidos pelo *Tarikh al-Sudan*, redigido provavelmente em 1665 pelo *cadí* (juiz) da cidade de Djenê e mestre em ensino corânico chamado Abd al-Sadi, completam e aprofundam as indicações anteriores sobre a frequência e o alcance de doenças contagiosas. Ao relatar os eventos transcorridos durante o longo governo de Askia Daúde (1549-1582), al-Sadi afirma que em 1551, enquanto o chefe retornava de uma expedição militar em Tendirma, eclodiu na província de Korzo “uma doença epidêmica que ceifou um grande número de vidas”. A derradeira referência diz respeito aos anos 1582-1583, quando uma “terrível” epidemia de peste matou grande número de pessoas na cidade de Tombuctu<sup>30</sup>.

Tal qual tinha ocorrido na Europa cristã do final do período medieval, também aqui a pestilência ocorreu em um contexto de dificuldades de abastecimento de grãos, oscilações climáticas e profunda instabilidade social. A prosperidade e equilíbrio vigentes até a segunda metade do século XVI foi seguida de um ciclo de calamidades periódicas, em que a mortalidade provocada pelas doenças infecciosas era potencializada por repetidos momentos de escassez alimentar e a consequente alta de preços, fome crônica, guerras e saques, que levaram a médio prazo a uma crise generalizada das antigas sociedades nigerianas e sahelianas<sup>31</sup>.

O cenário desenhado no *Tarikh al-Sudan* deixa entrever a crise geral instalada na sociedade Songai. No início do século XVII, sob o domínio dos paxás que governavam em nome dos sultões do Marrocos, Tombuctu e outras cidades viveram os primeiros dias do ciclo de dificuldades assinalado. Em meio a uma carestia devido ao período de seca e à insuficiência das colheitas, no ano de 1617 a cidade passou a depender da importação de alimentos – que só os mais ricos conseguiam comprar –, e muitas pessoas pobres morreram de inanição: determinados sobreviventes alimentaram-se de “cadáveres de bestas de carga e mesmo de seres humanos”. Uma pestilência agravou o quadro já catastrófico, ceifando mais vidas humanas. Nas décadas a seguir, com o acúmulo sucessivo das dificuldades, os mortos avolumaram-se a tal ponto na cidade de Djenê que nem os rituais de enterramento deixaram de ser realizados: “quando alguém morria era enterrado no próprio local, dentro da casa ou na rua, sem qualquer preparação do corpo ou mesmo de uma oração”<sup>32</sup>.

Haverá que se considerar, nas descrições extraídas das fontes narrativas aqui evidenciadas, a parte reservada aos recursos retóricos e aos exageros típicos desse tipo de testemunho. Não obstante, na ausência de outras fontes e evidências, o seu valor documental é indubitável. Elas fornecem dados preciosos sobre as condições da vida social naquelas importantes aglomerações humanas que, por abrigar expressivo contingente populacional, funcionavam como centros de troca, pontos obrigatórios das rotas aqui estudadas.

Formada por diversos bairros ocupados por grupos especializados de artesãos, comerciantes, mestres e estudantes, Tombuctu abrigava no fim do século XVI cerca de 25 mil habitantes, e Djenê, cerca de 15 mil, sendo ambas cercadas por centenas de aldeias<sup>33</sup>. Por sua integração aos circuitos mercantis de longo alcance acionados através do Saara, elas se beneficiaram de sua posição privilegiada em âmbito local: a primeira, como ponto de chegada das caravanas do deserto, e a segunda como ponto de articulação dos produtos e negócios saarianos com as comunidades situadas mais ao sul, na área da floresta tropical. Por esta razão, ambas foram profundamente afetadas por fenômenos de longo alcance e difusão, entre eles os germes, como bactérias e vírus, causadores de infecções letais.

**NOTAS**

1. Reader, 2002, p. 250.
2. Gilles & Ricossé, 1982, p. 79, 81.
3. Cuoq, 1985, p. 349.
4. Também identificada nos meios científicos como esquistossomíase, ou nos meios populares como “Doença do Caramujo” ou “Barriga d’Água”.
5. Paniagotakopulu, 2004, p. 269.
6. Reader, 2002, p. 255.
7. Tucídides *História da Guerra do Peloponeso* II.48.
8. Beardsley, 1929. Medeiros, 1985, p. 122-124.
9. Congourdeau, 2001.
10. Biraben, 1969, p. 1492-1496.
11. Sussman, 2015.
12. Também grafada em língua portuguesa como gueês ou guês, gueze. Do vocábulo abissínio ge’ez. Língua étiope antiga, remonta ao tempo de existência do Império de Axum (Aksum), e sobrevive até o presente como escrita litúrgica em textos manuscritos que remontam ao século XIII.
13. Derat, 2018, p. 10-12, 61-62, 70-71.
14. Shoshan, 1981, p. 388, 390.
15. **Nota técnica (N.t.).** A bactéria *Yersinia pestis* causa a peste e esta doença pode aparecer sob três formas clínicas: bubônica, septicêmica e pneumônica, as quais correspondem a diferentes quadros da doença à medida que ela evolui. A bubônica é a forma mais simples, a primeira a se manifestar e nem sempre evolui para as outras formas. O termo “peste negra” é um termo popular, que engloba todas as formas e que normalmente é usado como sinônimo da “peste bubônica”, por ser este o primeiro estágio da doença e a forma mais frequente. Informações resumidas a esse respeito podem ser vistas em <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/peste>.
16. Globafrique, 2015.
17. Monés, 1971.
18. Gallagher & Dueppen, 2018, p. 23-37.
19. Família linguística do grupo afro-asiático, usualmente designada como língua berbere, termo acompanhado de conotação etnocêntrica. Diz respeito aos povos do Norte da África e

Deserto do Saara, e nela estão incluídas as línguas tamazight, amazigh e o tamasheq (tamaxeque), entre outras.

**20.** Concha de molusco, também identificada pelos nomes de *Monetaria moneta*, cipreia-moeda, caurim, e, nas tradições religiosas afro-brasileiros, búzio. Tinha valor cerimonial e simbólico e era amplamente utilizado como referencial de valor em toda a África ocidental, circulando como moeda de troca. Na África centro-ocidental, o seu equivalente recebia o nome de Zimbo.

**21.** Nixon, 2009, p. 246.

**22.** Ramo da família linguística nígero-congolesa, circulante no sudeste da Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim e parte do sudoeste da Nigéria. Nela estão inseridas, entre outras, as línguas do grupo akan, gbe e ajá-fon.

**23.** Insoll, 2003, p. 224.

**24.** Chouin, 2013.

**25.** Revel, 1970, p. 958-964.

**26.** Espaços adjacentes das mesquitas, reservados ao ensino do Alcorão e dos conhecimentos relacionados à tradição muçulmana.

**27.** Kane, 2016.

**28.** Era maometana (calendário islâmico), cujo início se dá em 622 EC, data da fuga de Maomé de Meca para Medina.

**29.** Tarikh el-Fettach X, p. 174.

**30.** Tarikh es-Soudan XVII, p. 168, 182.

**31.** Cissoko, 1968, p. 813. Giri, 1994, p. 175-178.

**32.** Tarikh es-Soudan XXXI, p. 338; XXXV, p. 398.

**33.** Igue, 2008, p. 43, 47.

**REFERÊNCIAS****FONTES**

CUOQ, Joseph M. (trad). *Recueil des sources arabes concernant l'Afrique occidentale du VIII au XVI siècle*. Paris: CNRS, 1985.

TARIKH *el-Fettach ou Chronique du chercheur par Mahmoud Kati ben el-Hadj el-Motaouakkel Kati et l'un de ses petits-fils*. Trad. Octave Houdas e Maurice Delafosse. Paris: Ernest Leroux, 1913.

TARIKH *es-Soudan par Abderrahman ben Abdallah ben Imran ben Amir Es-Sadi*. Trad. Octave Houdas. Paris: Ernest Leroux, 1900.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. do grego de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BEARDSLEY, G. H.. *The negro in Greek and Roman civilization: a study of the Ethiopian type*. Baltimore: The Johns Hopkins Press; Londres: Humprey Milford; Oxford: University Press, 1929.

BIRABEN, Jean-Noel & LE GOFF, Jacques. La peste dans le Haut Moyen Age. *Annales E.S.C*, v. 24, n. 6, p. 1484-1510, dec. 1969.

CHOUIN, Gerard L. F.. Fossés, enceintes et Peste Noire en Afrique de l'Ouest forestière (500-1500 A.D.). *Afrique: Archéologie & Arts*, 9, p. 43-66, 2013. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.4000/aaa.284>. Acesso em: 04 jun. 2020.

CISSOKO, Sekéné Mody. Famines et epidemies à Tombouctou et dans la Boule du Niger du XVI au XVIII siècle. *Bulletin de l'I.F.A.N.*, Dakar, t. XXX, sér. B, n. 3, p. 806-821, 1968.

CONGOURDEAU, Marie-Hélène & MELHAOUI, Mohammed. La perception de la peste en pays chrétien byzantin et musulman. *Revue d'Études Byzantines*, 59, p. 95-124, 2001. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/rebyz\\_0766-5598\\_2001\\_num\\_59\\_1\\_2238](https://www.persee.fr/doc/rebyz_0766-5598_2001_num_59_1_2238). Acesso em: 04 jun. 2020.

DERAT, Marie-Laure. Du lexique aux talismans: occurrences de la peste dans la Corne de l'Afrique du XIII<sup>e</sup> au XV<sup>e</sup> siècle. *Afriques: débats, méthodes et terrains d'histoire*, 9, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/afriques/2090>. Acesso em: 04 jun. 2020.

GALLAGHER, Daphne E. & DUEPPEN, Stephen A.. Recognizing plague epidemics in the archaeological record of West Africa. *Afriques: débats, méthodes et terrains d'histoire*, n. 9, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/afriques/2198>. Acesso em: 04 jun. 2020.

GILLES, Nadine & RICOSSÉ Jean-Henri. La trypanosomiase humaine en Afrique occidentale. Racines géographiques d'une maladie. *Cahiers d'études africaines*, v. 22, 85-86, p. 79-100, 1982.

GIRI, Jacques. *Histoire économique du Sahel*. Paris: Karthala, 1994.

GLOBAFRICA: Reconnecter l'Afrique - L'Afrique subsaharienne et le monde avant l'impérialisme européen, 2015. Disponível em: <https://globafrica.hypotheses.org/axe-2>. Acesso em: 07 jun. 2020.

IGUÉ, John. *Les villes précoloniales d'Afrique Noire*. Paris: Karthala, 2008.

INSOLL, Timothy. *The archaeology of Islam in Sub-Saharan Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KANE, Ousmane. *Beyond Timbuktu: an intellectual history of Muslim West Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

MEDEIROS, François de. *L'Occident et l'Afrique (XIII – XV siècles): images et représentations*. Paris: Karthala, 1985.

MONÉS, Hussein. Las rutas de comercio en el Sahara africano según los escritores árabes. In: *V Congreso de estudios árabes e islâmicos* (Coimbra - Lisboa, 01 a 05 de setembro 1968). Leiden: E. J. Brill, 1971, p. 505-522.

NIXON, Sam. Excavating Essouk-Tadmakka (Mali): new archaeological investigations of early Islamic trans-Saharan trade. *Azania: Archaeological Research in Africa*, Nairobi, 44, 2, p. 217-255, 2009.

PANAGIOTAKOPULU, Eva. Pharaonic Egypt and the origins of plague. *Journal of Biogeography*, Hoboken, v. 31, n. 2, p. 269-275, feb. 2004.

READER, John. *África: biografia de um continente*. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 2002.

REVEL, Jacques. Autour d'une épidémie ancienne: la peste de 1666-1670. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, v. 17, n. 4, p. 953-983, oct./dec. 1970.

SHOSHAN, Boaz. Notes sur les épidémies de peste en Egypte. *Annales de Démographie Historique*. p. 387-404, 1981.

SUSSMAN, George D. Scientists doing history: Central Africa and the origins of the first plague pandemic. *Journal of World History*, Honolulu, v. 26, n. 2, p. 325-354, June 2015. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/43901755?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/43901755?seq=1#metadata_info_tab_contents). Acesso em: 07 jun. 2020.